

**Anúncio (extracto) n.º 4508/2010****Processo: 461/07.7TBBAO  
Insolvência pessoa colectiva (apresentação)**

Requerente: António Francisco Correia & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>  
Insolvente: António Francisco Correia & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

António Francisco Correia & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>, NIF — 503838861, com sede no Lugar da Igreja, Santa Cruz do Douro, 4640-433 Baião.

Administrador de Insolvência: Dr. António Bonifácio, Endereço: Ed. Ordem I V, Rc-4.º C, Apartado 47, 4630-000 Marco de Canavezes.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado (artigo 230.º, n.º 1, alínea d), do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas).

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho de 25/03/2008.

Efeitos do encerramento: os previstos no art.º 233.º do CIRE.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

Data: 09-04-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª Ana Sofia Martins. — O Oficial de Justiça, Manuel Sousa.

303154297

**TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA****Juízo de Comércio de Aveiro****Anúncio n.º 4509/2010****Processo n.º 243/10.9T2AVR — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga, Aveiro — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 08-04-2010, às 12h15, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Alumilénio — Alumínios, L.<sup>da</sup>, NIF 505158345, Endereço: Zona Industrial de Barrô, Barrô, 3750-353 Águeda, com sede na morada indicada. É administrador do devedor: Fernando Marques da Costa, estado civil: Desconhecido, NIF 140548017, Endereço: Rua da Arrota, 18, Arrôta-Barrô, 3750-000 Águeda, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados, correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 25-05-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

**Informação — Plano de Insolvência**

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Para constar se lavrou o presente edital, o qual será afixado em local próprio no átrio desta Secretaria.

Data: 09-04-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª Amélia Sofia Rebelo. — O Oficial de Justiça, Florbela Soeima.

303131738

**Anúncio n.º 4510/2010****Processo: 2069/09.3T2AVR — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Rocha Carlos Caixilharia Alumínios, L.<sup>da</sup>

**Administração pelo devedor nos autos de insolvência acima identificados**

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi atribuída a devedora:

Rocha Carlos Caixilharia Alumínios, L.<sup>da</sup>, NIF — 502251859, Endereço: Zona Industrial Ervosas, São Salvador, 3834-909 Ílhavo, a administração da massa insolvente, nos termos do artigo 224.º, n.º 3 do CIRE.

Aveiro, 29/04/2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª Iolanda Pereira. — O Oficial de Justiça, Fernanda Soutinho.

303205108

**Anúncio n.º 4511/2010****Processo: 784/10.8T2AVR — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

N/Referência: 7600726

Insolvente: SONIVAR, Sociedade Industrial de Calçado e Seus Componentes, S. A.

Credor: Investvar Industrial, S J P S, S A e outro(s).

**Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 28-04-2010, às 09h51 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

SONIVAR, Sociedade Industrial de Calçado e Seus Componentes, S. A., NIF — 501490159, Endereço: Lugar de Sobrais — Zona Industrial, Cortegaça, 3880-000 Ovar com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Jorge Augusto Machado da Silva Pereira da Costa, Endereço: Estrada do Lumiar, N.º 13, Bloco 5, R/c Esq., 1100-000 Lisboa.

Manuel da Palma Lopes Correia, Endereço: Rua Infante D. Henrique, N.º 1, 7.º Esq., Loures, 2685-213 Portela.

Erik Oliver Illig, Endereço: Rua Moinho de Vento, N.º 125 B, 3.º Esq., Porto, 4000-000 Porto.

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Jorge Manuel e Seíça Dinis Calvete, Endereço: Avenida Victor Gallo, Lote 13, 1.º Esq., 2430-202 Marinha Grande.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-06-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação

##### Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na

sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 30-04-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Iolanda Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

303211303

#### Anúncio n.º 4512/2010

##### Processo: 213/10.7T2AVR — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) — N/Referência: 7689591

Insolvente: DCB — Componentes e Calçado, L.<sup>da</sup>

Presidente Com. Credores: Banco BPI, S. A., e outro(s).

##### Publicidade do termo da administração pelo Devedor nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, foi proferido despacho que põe termo à administração da insolvência supra identificada, pela devedora:

DCB — Componentes e Calçado, L.<sup>da</sup>, NIF 501669000, Endereço: Rua do Alto da Torre, n.º 100, Esmoriz, 3885-436 Ovar, com sede na morada indicada.

Os autos prosseguem a sua tramitação nos termos gerais, ficando a administração da insolvência entregue ao administrador já nomeado, adiante identificado, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Jorge Manuel e Seíça Dinis Calvete, Endereço: Avenida Victor Gallo, Lote 13, 1.º Esq., 2430-202 Marinha Grande.

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: DCB — Componentes e Calçado, L.<sup>da</sup>, NIF 501669000, Endereço: Rua do Alto da Torre, n.º 100, Esmoriz, 3885-436 Ovar.

Administrador da insolvência:

Dr. Jorge Manuel e Seíça Dinis Calvete, Endereço: Avenida Victor Gallo, Lote 13, 1.º Esq., 2430-202 Marinha Grande.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 02-06-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea *c*] do n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE].

Data: 07-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

303241144

#### Anúncio n.º 4513/2010

##### Processo: 924/07.4TBILH Insolvência pessoa singular (Requerida)

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são Insolventes:

Armando de Almeida Ferreira, Agente Comercial, estado civil: Desconhecido, nascido(a) em 27-06-1951, freguesia de São Salvador [Ílhavo], número de identificação fiscal 131803506, bilhete de identidade n.º 510 35 22, Endereço: Rua da Felicidade, N.º 15-A, Vale de Ílhavo, 3830-278 Ílhavo

Maria Elizabete de Vasconcelos, estado civil: Casado (regime: Comumhão de adquiridos), número de identificação fiscal 125365233, Endereço: Rua da Felicidade, N.º 15-A, Vale de Ílhavo, 3830-278 Ílhavo  
Administradora de Insolvência: Dr(a). Maria José Peres, Endereço: Rua Padre Américo — Edifício Marialva — 1.º J, 3780-215 Anadia

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.